APRECIAR PARA REGISTRO OS ATOS DE PESSOAL

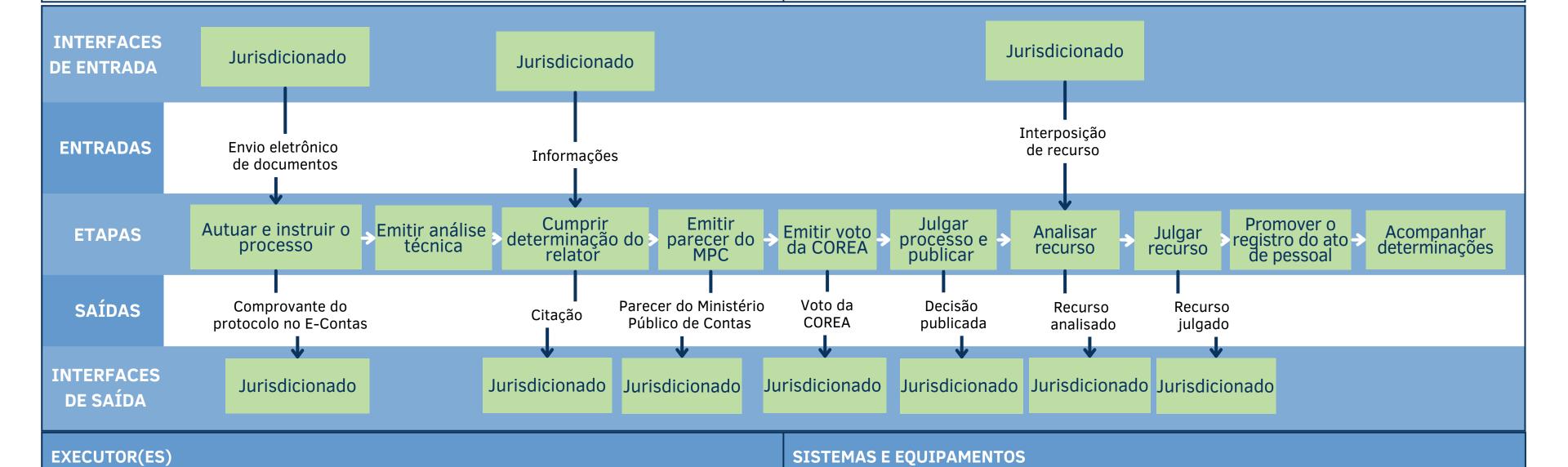
PROCESSO PROCESSO	RESPONSÁVEL
Apreciar para registro os atos de pessoal.	Coordenadoria de Controle de Atos de Pessoal.

OBJETIVO

Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

CLIENTES	INDICADOR	REGULADORES
 Sociedade Servidores públicos das unidades jurisdicionada. Inativos e pensionistas dos RPPS Jurisdicionado. Responsável pelo controle interno do Jurisdicionado. Responsável pelo do RH do jurisdicionado - Gestor da entidade jurisdicionada. 	 Índice de processos de registro de atos de pessoal apreciados tempestivamente. 	 Lei orgânica do tribunal de contas. Regimento interno do TCE-TO. Instrução normativa nº 3/2016. Legislação de pessoal na esfera municipal e estadual.
EVENTO INICIAL (DE)	RESULTADO (ATÉ)	

Julgamento dos atos de pessoal.



Conselheiros substitutos; Colaboradores da COCAP; Colaboradores da DIFAP; Colaboradores da DIRAP; MPC; COREA; Câmaras Julgadoras; COCAR; DILIG; SEPLE; COREC;	SICAP-AP; CADUN; E-Contas; ACD; Sistema de benefício; TCE-Planeja; Mobiliário de escritório; Ativos de informática; SICOP;	
RISCO(S)	OPORTUNIDADES	
Registro indevido de atos de nomeação, exoneração ou aposentadoria. Envio intempestivo de dados de pessoal pelo jurisdicionado.	- Adequação das regras de negócio do sistema SICAP-AP. - Promover o aperfeiçoamento da integração entre os sistemas de folha de pagamento e os sistemas de controle do Tribunal de Contas para otimizar a fiscalização.	

Classificação do risco:

Autuação do processo de atos de pessoal no TCE-TO.